

ATA NÚMERO TRINTA E UM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Barcelos, para a realização da segunda reunião referente à sessão ordinária de vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro, que foi interrompida por iniciativa do senhor presidente da Assembleia Municipal, em virtude de se ter ultrapassado as três horas regimentais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto dez - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do acordo de cedências e urbanização para execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de cedência de calçada em cubo granito azul e calçada à portuguesa às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos;-----

-----Pontos doze - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Remelhe e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento 1 do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD42323);-----

-----Ponto treze - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício industrial tipo 3, com a área de 800 m², num prédio sito em Paredes, freguesia de Lijó;-----

-----Ponto catorze - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Quinta Pedagógica ao Serviço da Educação, constituída por Espaço Rural de Produção Agrícola, habitação, estabelecimento de ensino com acesso a várias valências,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente parque zoológico, hipismo, parque biológico, zona de desporto e lazer, mostra e conservação de alfaías agrícolas e atividades pedagógicas de educação ambiental para alunos das escolas e instituições sociais, num prédio com a área de 9.120 m², sito na Rua S. Sebastião, união de freguesias de Alvito (S. Pedro e Martinho) e Couto;-----

-----Ponto quinze - Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Barcelos;-----

-----Ponto dezasseis - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Andreia Raquel Faria de Castro, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Adélio Miranda Machado, Bruno André Torres Macedo, Carlos Manuel Oliveira da Costa, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isáias da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, Joana Isabel Carvalho Rosendo, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ribeiro Gomes, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Paulo de Sousa Alves, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Joaquim Araújo Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Marcos António Silva, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Rui Manuel Pereira da Silva, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Paula Pinheiro Gomes, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Augusto Diogo da Silva Dias, Tomé Francisco Lopes de Faria, Vítor António Martins Ferreira.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Daniel Fernandes Azevedo, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, João Paulo Pereira Dias, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marisa Alexandra Silva Pereira, Natalina de Sá.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Realizou-se hoje, às dezassete horas, uma visita que foi solicitada pelo grupo municipal do Partido Socialista, uma visita ao Mercado, de acompanhamento da obra, na qual estiveram os líderes municipais a acompanhar essa visita. E, dar aqui um agradecimento ao senhor presidente da Câmara, porque potenciou essa mesma visita. Disponibilizou-se de imediato, quer o senhor presidente, quer os técnicos do município, a prestar aos senhores deputados todos os esclarecimentos necessários.-----

-----Vamos então retomar os trabalhos no ponto dez, que era onde estávamos situados, da ordem de trabalhos, que é: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do acordo de cedências e urbanização para execução do Plano Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos.-----

-----Pedia inscrições aos senhores deputados para este ponto.-----

-----Então, estão inscritos: a senhora deputada Sara Magalhães, senhor deputado Nuno Martins, senhor deputado Alexandrino Ribeiro, senhor deputado José Maria Cardoso e o senhor deputado José Manuel Cardoso.-----

-----Posso declarar, então, encerradas as inscrições!-----

-----Faça o favor, tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF.—



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite. Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caríssimos Membros desta Assembleia, estimado Público aqui presente e também aquele que nos acompanha via web.-

-----Lá diz o sábio povo *“Tudo está bem quando acaba bem”*E nada mais adequado para hoje, apreciar este ponto dez da ordem do dia, que visa a aprovação do acordo de cedências e urbanização para a execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1.-----

-----Todos temos a imagem da discussão, desde há muitos e longos anos, da aquisição do terreno de dez hectares (cem mil metros quadrados) por quatro milhões de euros. Lamento, reformulando, pelo menos foi essa a ideia que sempre nos quiseram transmitir....-----

-----Talvez tenha sido por isso que este processo se arrastou e andou de “maço para cabaço” e ora agora compra e não compra; ou compra e temos hospital e não compra e não temos hospital!-----

-----Estas discussões repetiam-se, transversalmente, por todos os partidos e forças políticas, e diria até que, em cada ato eleitoral, o “toma lá dá cá” ia ganhando mais força, procurando, claro, angariar votos.-----

-----Mas, em abono da verdade, só em dois mil e vinte e um é que as coisas começaram a ganhar forma, nomeadamente com a submissão à Assembleia Municipal da autorização para aquisição até ao máximo de quatro milhões de euros para uma área de cento e sessenta cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados.-----

-----Todavia, uma iniciativa que parecia o início do “sonho” poderia se transformar no maior pesadelo da democracia barcelense. Isto porque a proposta de aquisição do terreno, em dois mil e vinte e um, pelo anterior executivo, se



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6

apresentou grotescamente injustificada, surgindo de imediato a ameaça de “nuvens cinzentas”, de que tudo, afinal “não acabaria bem”.-----

-----Para tanto, hoje, podemos puxar os “nossos galões”: o BTF, nesta Assembleia Municipal, veio a despenhar um papel fundamental e crucial para um final feliz!-----

-----O BTF, na sessão extraordinária de doze de fevereiro de dois mil e vinte e um, apresentou um requerimento à mesa desta Assembleia para que fossem pedidos pareceres à IGF e à CCDRN, particularmente sobre a adequada correspondência jurídica da proposta, destacando-se a necessidade de serem conhecidos todos os encargos financeiros ou de outra natureza para a dita aquisição.-----

-----Este requerimento foi aprovado neste órgão deliberativo, tendo a CCDRN enviado o seu parecer a sete de julho de dois mil e vinte e um reconhecendo a obrigatoriedade de fazer constar na proposta de aquisição da parcela do terreno todos os encargos associados pelo município para além dos quatro milhões de euros... Encargos que apenas seria conhecidos em dois mil e vinte e três, como adiante daremos nota.-----

-----Perdoem-me, mas não posso deixar de questionar: como poderia esta Assembleia Municipal deliberar sobre a aquisição de um terreno por quatro milhões de euros, quando, na verdade não conhecia todas as contrapartidas deste negócio?-----

-----Verdade seja dita, se o BTF não propusesse este requerimento, o que poderia estar bem, convictamente, não estaria bem!-----

-----Já com o novo executivo, este processo ganha um novo e risonho destino. O senhor presidente e os seus vereadores, desconhecendo todos os meandros deste negócio, questionaram a proprietária do conteúdo do acordo com o anterior executivo. E só a cinco de abril de dois mil e vinte e três, com a sua



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7

resposta, vieram a ser conhecidos.-----

-----Hoje, saibamos todos:-----

-----Cedência de sessenta e cinco mil, novecentos e vinte metros quadrados a título oneroso por quatro milhões de euros;-----

-----Transmissão de uma área de oitenta e nove mil, novecentos e trinta metros quadrados a título de antecipação de cedências urbanísticas. Hoje, com um valor aproximado de compensação urbanística pela eventual não cedência de dois milhões e novecentos mil euros;-----

-----Isenção de taxas relativas às obras de urbanização e edificação, com um valor correspondente, aos dias de hoje, aproximado em um milhão duzentos e noventa mil euros;-----

-----Isenção do IMI por cinco anos podendo ser prorrogado até dez anos, com um valor correspondente, hoje, à taxa atualmente em vigor a quinhentos e oitenta e cinco mil euros.-----

-----Estas contrapartidas representam para o promotor cocontratante o valor máximo de oito milhões setecentos e setenta e mil euros.-----

-----No entanto, notar bem que o valor de mercado do terreno com uma área de cento e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta metros quadrados (e não os cem mil como se fazia crer inicialmente), rondará os nove milhões ,trezentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta euros e sessenta cêntimos.-----

-----Ainda, será relevante referir que este processo só se torna legítimo porque este executivo tomou todas as diligências para a aprovação do o regulamento de isenções e benefício fiscais que, de outra forma, não seria possível tal aquisição nestas condições.-----

-----Para terminar, a nota mais importante: o cumprimento do princípio da transparência e do acesso à documentação, que emanam o princípio da democracia, não visam apenas o respeito e dignificação pela Assembleia



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal; cumpri-los é respeitar individualmente todos os barcelenses!-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor deputado Nuno Martins, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Caríssimos Barcelenses.-----

-----Relativamente a este ponto, em que está a votação o “acordo de cedências e urbanização para a execução do plano pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente o mesmo, tal como já o fez em reunião de Câmara, e congratula-se com a concretização de mais um passo no longo caminho que vem sendo trilhado até à expectável construção do novo hospital de Barcelos.-----

-----Este é um passo que vem no seguimento da aprovação, por esta Assembleia, como já foi referido, no mandato anterior, em vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e um, de uma autorização à Câmara Municipal para a aquisição dos terrenos do novo hospital. Não obstante, importa clarificar, contrariamente a alguma informação que vem sendo difundida, que o que foi aprovado em reunião de Câmara e vem hoje também a esta Assembleia, não é a compra dos terrenos, mas tão só a aprovação de um acordo de cedências e urbanização entre a Câmara Municipal e o proprietário tendo em vista a execução do plano pormenor, ainda não aprovado, logicamente, cumprindo assim uma exigência da CCDDR que existe desde dois mil e vinte e um e vai ser agora concretizada.-----

-----O Partido Socialista, quando geriu o município, sempre definiu a construção do novo hospital como uma das suas grandes prioridades, como



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atesta a aprovação de autorização para a compra dos terrenos, com a devida cabimentação orçamental aprovada, recorde, em fevereiro de dois mil e vinte e um. E, o Partido Socialista sempre demonstrou junto dos governos do Partido Socialista sendo de referir que o programa funcional do novo hospital foi aprovado pelo governo anterior, depois da revisão feita pela respetiva comissão, também ela constituída pelo mesmo governo.-----

-----Recordamos que o anterior ministro da Saúde, Manuel Pizarro, assinou em onze de março de dois mil e vinte e quatro o despacho que aprovou o perfil assistencial e área de influencia, dimensionamento e programa funcional revistos do novo hospital, bem como o estudo de viabilidade económica ou financeira.---

-----Senhora e senhores, apesar de algumas críticas, algumas compreensíveis, diga-se, o papel chave no avanço que se espera para a construção do novo hospital - e que nos tem permitido alguns passos e temos aqui mais um – é da responsabilidade de Manuel Pizarro, anterior ministro da Saúde, e gostávamos de deixar aqui uma palavra de apreço para o seu empenho nesta matéria.-----

-----Do lado atual do governo, naturalmente em funções há pouco tempo, falta ainda aprovar a revisão dos projetos das especialidades, tendo sido esta a informação transmitida pela senhora ministra da Saúde publicamente. Só depois da revisão dos projetos, que não deverá acontecer antes do final do ano, é que o governo poderá lançar o concurso público para a sua construção. Sendo pouco provável, esperamos estar enganados, logicamente, que avance antes da aprovação do próximo orçamento de Estado para dois mil e vinte e cinco. Desejamos, naturalmente, tal como todos os aqui presentes, que tal se concretize com a maior brevidade possível.-----

-----Tal como tem sucedido até aqui, o Partido Socialista continuará disponível para dar o seu contributo nesta matéria, que reúne consenso geral de todos os partidos políticos, de todas as forças políticas e também dos barcelenses que



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anseiam, de facto, pela construção do novo hospital.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem, agora, a palavra, o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do grupo municipal do PSD.-----

DEPUTADO MUNICIPAL – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e Todos aqueles que nos seguem via web.-----

-----A premência da construção do novo hospital de Barcelos é uma questão que, estou plenamente convencido, genuinamente nos une a todos em Barcelos e nesta Assembleia, desde os partidos mais à esquerda até aos partidos mais à direita. Isto é algo que registo, saúdo e penso que deve assim continuar.-----

-----Contudo, em termos políticos, não impede que possamos debater e discordar da estratégia seguida e implementada por alguns partidos e atores políticos em determinados momentos. Acho que até é salutar acontecer esse debate.-----

-----Podemos sempre entrar no jogo do atirar culpas de partido para partido a nível nacional, dizendo que o PSD e o CDS têm culpa porque nos anos difíceis da TROIKA não fizeram o hospital; ou que o Partido Socialista tem ainda mais culpas porque nos últimos anos governou muito mais tempo, e em tempos economicamente mais favoráveis; mas também o Bloco de Esquerda e PCP têm culpas porque podiam, na negociação da geringonça, ter imposto a construção do hospital de Barcelos. Mas preferimos recentrar o debate político no âmbito local.-----

-----E, recentrando o debate político ao nível local, temos hoje em discussão e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votação mais uma proposta do executivo Municipal que visa resolver mais um dossier importante e estruturante para Barcelos e para os barcelenses. Mais um dossier que os executivos socialistas não se mostraram capazes de resolver durante doze anos de governação autárquica.-----

-----Ao contrário do Partido Socialista, o PSD de Barcelos desde sempre defendeu que a melhor estratégia a seguir no dossier do novo hospital era o município cumprir a sua parte do acordo com o governo e adquirir os terrenos. O PSD está onde sempre esteve, o PSD defende o que sempre defendeu, tem uma estratégia e uma linha de rumo bem clara, bem coerente e bem fundamentada.-

-----Já quanto ao Partido Socialista, fez no hospital o que fez na água: avanços e recuos, saltos para a frente e saltos para trás, mas nada concretiza, nada executa. O hospital seria junto à rotunda do galo, mas depois já seria em Barcelinhos, para depois voltar a ser junto à rotunda do galo novamente. Aprovaram na Câmara e na Assembleia a aquisição dos terrenos, mas nunca mostraram capacidade para os comprar. Um “zigzagear” constante que caracterizou a gestão autárquica do Partido Socialista.-----

-----Sugiro a todos que comparem a clareza, a transparência e o rigor da proposta de aquisição dos terrenos apresentada pelo Partido Socialista em dois mil e vinte e um com a atual proposta apresentada pelo executivo municipal. As diferenças são abismais. Com a atual proposta ficamos todos a saber, todos os barcelenses ficam claramente a saber:-----

-----Quanto custam os terrenos do novo hospital;-----

-----Quanto será pago em dinheiro;-----

-----Quanto será pago em contrapartidas;-----

-----De que tipo de contrapartidas é que estamos a falar;-----

-----E o estudo de cenários do impacto nas contrapartidas que numa eventual alteração ao nível da taxa de IMI pode provocar nos próximos anos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na proposta do Partido Socialista de dois mil e vinte e um, a larga maioria desta informação era omissa, originando até a emissão de um parecer da CCDRN a expressar precisamente esta debilidade na proposta do Partido Socialista e a dar razão ao PSD, assim como a outros partidos e forças políticas, que, à data, tinham já sinalizado essa mesma debilidade.-----

-----Esta proposta é mais uma prova política do nível de rigor, transparência e clareza, que tem pautado a gestão autárquica do atual executivo Municipal, e que obviamente todos os barcelenses saudamos.-----

-----Para terminar, pelo exposto, a bancada do PSD votará a favor a proposta apresentada.-----

-----Muito Obrigados.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do grupo municipal do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado.-----

-----Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Público cá presente, Comunicação Social e quem nos escuta e segue via web.-----

-----Colocando um ponto de ordem daquilo que quero dizer, começo por dizer exatamente que não está em debate, muito menos em causa, as razões de edificação do novo hospital. Se há tema que há acordo comum, ele é este. E, também, não importa, ao momento, esgrimir culpas ou responsabilidades partidárias, sabendo-se que devem ser assacadas em cada um dos casos.-----

-----Há um ponto assente para nós, Bloco de Esquerda: nunca houve vontade política de construir o novo hospital durante todos estes anos, e lamento que os



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

barcelenses tenham servido de joguete para um entretém político partidário.

Esperamos que desta vez seja a sério.-----

-----Vamos ao que está para discussão. Na primeira parte do documento da informação da sociedade de advogados, há uma questão que nos causa alguma apreensão, que é o cálculo do IMI, o cálculo da isenção. Ou seja, em que é que é feito, que base é que é feita? Diz-se que se calcula à volta de quinhentos e oitenta e cinco mil euros. Como é que se chega a este resultado? Através de quê? E qual é a razão base para chegar a este resultado?-----

-----Sobre a segunda questão da minuta de contrato de urbanização, nós sempre dissemos que a compra ou não dos terrenos era uma espécie de *fait diver*, e é verdade, foi durante muito tempo. No entanto, agora, aprovado que já está o projeto funcional, um dos últimos atos do anterior governo, já se considera que, afinal, este terreno já pode não ser para “plantar batatas”. Portanto, já pode ser para outro fim, e, como tal, é de todo importante que o possamos e devamos discutir.-----

-----Então, vamos à questão concreta: os considerandos, página cinco. Na página cinco, nos considerandos, tem aqui uma questão que, para nós, é fulcral, quando diz: “atendendo ao especial relevo interesse...” e depois diz assim: “as partes aceitam que outorga da escritura de cedência das áreas fique condicionada ao lançamento prévio, por parte da Câmara Municipal, do concurso público”. Este é um aspeto que eu queria chamar atenção, porque condiciona o facto de estar esta condição, condiciona muitas outras que vêm de seguida.-----

-----Porque, por exemplo, na página sete, diz, sobre a cláusula quarta, diz o seguinte: “se não for possível a construção do hospital as referidas áreas são, necessariamente, destinadas a equipamentos coletivos de utilização pública”. Pergunta-se: então, se todo o plano está traçado para o novo hospital, se todo ele deriva inclusiva da abertura do concurso da variante, como é que se pode



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocar uma questão, se o hospital não for construído? Portanto, com que base?-

-----Eu até percebo a intenção! Mas, de qualquer forma, neste contexto, é um contrassenso e torna-se inclusive uma imprudência, porque, na verdade, no ponto seguinte, no ponto três, diz inclusive que “quaisquer parcelas afetadas para o domínio privado, domínio público, podem passar para o direito de preferência”, neste caso, do outro outorgante, ou seja, do outro signatário. Portanto, é imprudente esta questão e coloca uma situação que para nós, não faz sentido, porque na realidade todo o projeto e toda a análise e todo o fundamento está relacionado com a questão do novo hospital.-----

-----E, depois, tem uma outra coisa que parece importante. Na página oito, fala na abertura do concurso público, o que é que isso implica; e depois tem algo assim do género: “o primeiro outorgante obriga-se no prazo de três anos contados após a aprovação do plano pormenor”. Três anos. Isto não é uma cláusula de risco? Porque somente é necessário abrir o concurso para a variante, não executar a variante, ou seja, sabendo nós, muitas vezes, a abertura destes concursos em si demoram tempo, estamos aqui com uma cláusula que implica um risco elevado e é perigosa, porque, na verdade, pode dar origem depois – até porque ela é focada no ponto quatro – pode dar origem a indemnizações avultadas, até em função daquilo que está contratualizado.-----

-----Portanto, parece-nos ser uma cláusula de risco que é de todo importante saber contorná-la, na nossa perspetiva. E, depois, há uma outra coisa que me parece significativo, que é a cláusula sétima e a cláusula oitava, na página seguinte, página nove, que é as obras de urbanização da responsabilidade particular e as isenções que são atribuídas.-----

-----Estamos a falar de algo que não são duas partes do privado entre si; uma parte é pública. Essa parte pública faz todo o sentido, saber criar contrapartidas em relação àquilo que está aqui a, digamos, a comprometer-se. Porque é que não



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se criam contrapartidas? A empresa não nos está a fazer nenhum favor; um terreno da REN passa a urbanizável, por exemplo, e tem os seus objetivos. Porque é que nós não usamos contrapartidas em função disso, e, por exemplo, a criação de espaços verdes, de áreas desportivas, até de espaços urbanos? Porque é que não consta neste acordo, como contrapartida, aquilo que me parece importante sugerir? -----

Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Tem agora a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Digníssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Digníssimo Público e quem nos assiste pela internet.-----

-----Dezassete anos depois, estamos a cumprir mais uma etapa na nossa luta pela construção do novo hospital em Barcelos. Todos nós sabemos que o nosso atual hospital não cumpre com os requisitos legais para o exercício de funções na prestação de cuidados de saúde. Aliás, está no preâmbulo desta proposta, taxativamente isso. O atual hospital foi construído, a parte nova, com angariação de fundos feitos por cortejos pela população para a construção desse edifício.---

-----Hoje, penso que é um momento muito importante nesta luta que, ao longo destes dezassete anos, temos vindo a fazer, todos nós, barcelenses. E daqui tiro também o mérito ao senhor presidente da Assembleia, que é simultaneamente o presidente da Comissão de Saúde, onde estão representados todos os partidos eleitos nesta Assembleia, e que, duma forma muito unânime, estamos nesta causa. E que já foi aqui dito e explicado nesta Assembleia o que já fizemos, inclusive uma reunião com a Comissão de Saúde na anterior legislatura do governo, a reivindicar a construção do novo hospital.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não nos podemos esquecer que este hospital abrange uma população de cento e cinquenta mil habitantes, quer do concelho de Barcelos, quer do concelho de Esposende. É uma luta mais que justa. Nós nunca, mas nunca, esquecemos que foi o governo do Partido Socialista, o governo José Sócrates, o ministro José Correia de Campos que encerrou a nossa maternidade. Foi nessa altura que os barcelenses fizeram a maior manifestação de um concelho junto à Assembleia da República, pelo fecho da maternidade. E quis a ironia do destino que, hoje em dia, as urgências obstétricas andem encerradas. Vejam só, meus caros! Eu não venho aqui fazer política, porque isto toca a todos. Há grávidas de todos os partidos e que sentem isto na pele, atualmente, todos os dias.-----

-----Há que assumir as responsabilidades. Eu acho que o Partido Socialista tem uma grande responsabilidade nisto. Um dos partidos fundadores do Serviço Nacional de Saúde tratou este tema com muito descuido. Não digo do anterior executivo, está aqui presente Miguel Costa Gomes, que tenho a certeza que tudo fez para que se construísse um hospital aqui em Barcelos, mas houve falta de compromisso pela parte do Partido Socialista, do governo dos Partidos Socialistas, quer de José Sócrates, quer do António Costa. E não nos esquecemos que António Costa teve oito anos a governar os destinos do país e com o apoio do Bloco de Esquerda e da CDU, que também não estão livres disso. Não basta só dar o apoio; não basta rir, Zé. Porque vocês deram o apoio parlamentar, mas não reivindicaram a construção do novo hospital. E foi preciso cair o governo para vir o atual primeiro-ministro e, em campanha, prometeu, em Barcelos, a construção do novo hospital.-----

-----Espero que ele cumpra com a palavra dele. A ministra da Saúde já o veio dizer, e este passo é um passo importante. Não quero com isto fazer política, meus caros, porque esta luta é de todos e esta luta, Barcelos merece ganhá-la. E temos feito tudo por tudo, na Comissão de Saúde, esta Câmara, para que o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governo não acuse que não criámos condições para a construção do novo hospital.-----

-----Portanto, senhor presidente da Câmara, senhores membros desta Assembleia, este é uma passo muito importante, mas não é o fim. Ainda há muito caminho por trilhar, e seria ótimo que, quando fizesse vinte anos do encerramento da maternidade pudéssemos, pelo menos, quase inaugurar um novo hospital. Quero crer nisso, quero crer nisso. E, portanto, todos, mas todos, temos de estar unidos. E na Comissão de Saúde, com o senhor presidente da Assembleia que também lidera, vamos continuar a fazer a nossa luta para a construção deste novo hospital, e fazer com que Barcelos tenha a importância que tem que ter junto da Comunidade Nacional, que por vezes somos um bocado esquecidos, e a gente sabe muito bem o que temos perdido de importância face aos concelhos nossos vizinhos aqui do distrito.-----

-----Portanto, meus caros, da parte do CDS, congratulamos muito com esta proposta. Não vou entrar aqui em detalhes na negociação, o que importa é termos o terreno. E sei que todos esses processos são auditados de uma forma muito transparente, e, portanto, quero daqui saudar, um bem-haja a este executivo e a todos nós que lutamos sempre pela construção do novo hospital.--

-----Muito obrigado.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Caros Colegas Vereadores, Senhores e Senhoras Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Senhoras e Senhores do Público, quem nos assiste via web,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comunicação Social.-----

-----Hoje, é um dia que eu reputo de muito importante para Barcelos, não só porque – e não era de somenos se assim o fosse – cumprimos a nossa parte num acordo que fizemos com o Estado em dois mil e sete. Quando, em dois mil e sete, o executivo de então, com o governo de então também, assinou um compromisso, comprometeu-se a adquirir uma parcela de terreno para a construção do novo hospital. Hoje, damos um passo decisivo nessa direção, o que naturalmente é motivo de satisfação por todos nós, porque, naturalmente quando se comprometem e quando depois cumprimos com aquilo que nos comprometemos, é sempre de saudar.-----

-----Depois, também dar uma palavra a todos os partidos políticos que, sem exceção, contribuíram, de uma forma mais ativa ou menos ativa, mas com o mesmo propósito, para que fizéssemos ou trilhássemos um caminho no sentido de encontrar as melhores soluções para que a construção do novo hospital fosse uma realidade. Também ao executivo, mesmo os vereadores do Partido Socialista, e os senhores deputados na altura, o doutor Carlos Reis e a doutora Anabela Real, que sempre manifestaram disponibilidade e compromisso para que pudéssemos realizar e trilhar este caminho.-----

-----Também o anterior presidente da Câmara, o senhor deputado Miguel Costa Gomes, que, quando tomámos posse e quisemos perceber os contornos do negócio que estava apalavrado, se mostrou completamente disponível e reforçou as linhas, não se furtando de forma alguma a dar o seu contributo, dizendo até que estaria disponível para, em sede que nós quiséssemos, poder confirmar os dados do acordo. Por isso, também uma palavra de saudação que me parece absolutamente importante.-----

-----E era neste registo que eu estava a contar fazer a minha intervenção, de compromisso de todos e a pedir que todos votássemos favoravelmente, porque



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é um caminho importante. E, como nós sempre o dissemos, e aqui o senhor deputado Alexandrino Ribeiro o frisou e a senhora deputada, também, Sara Magalhães o fez, sublinharam que efetivamente era importante este caminho, esta sinalização, para, de alguma maneira, também dizer ao Estado, ao governo – independentemente de quem esteja a governar – “nós cumprimos a nossa parte; agora é importante que cumpram também a vossa parte”. Portanto, nesse sentido, hoje era importante esta votação unânime.-----

-----Mas, depois das intervenções do senhor deputado Nuno Martins, que quis politizar estas questões, importa dizer algumas coisas. Antes disso, responder de uma forma muito clara ao senhor deputado José Maria Cardoso, sobre as questões que colocou.-----

-----Quanto à questão do IMI, é muito simples: no portal das finanças existe um simulador, e, naturalmente, mediante – e aqui também corrijo o senhor deputado Nuno Martins – a aprovação do Plano de Pormenor já foi feita, com uma condicionante que houve a aprovação de todas as entidades. Quando nós chegamos, não havia essa aprovação, mas depois foi feita a aprovação do Plano Pormenor pela CCDR-N, pela ARS Norte, que eram entidades absolutamente decisivas, e também o IP para que pudesse o plano ser aprovado.-----

-----Uma condicionante, que era a aprovação deste contrato com os privados para que então aí, se fosse feito esse acordo, e passasse no Tribunal de Contas, naturalmente, então, aí estavam reunidas as condições para a aprovação final e definitiva do Plano de Pormenor, que foi feita pelo executivo anterior, como sabe.-----

-----Mas, dizia eu, o portal das finanças tem um simulador onde os nossos técnicos foram, naturalmente ver consoante o que estava previsto poder ser construído no Plano Pormenor. O Plano Pormenor definia um conjunto de edificações, naturalmente que colocando os índices de construção máximas que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pudessem ser feitas, fizeram o simulador, e deu aquele resultado que é aquele que foi duma forma muito clara transmitida a todos.-----

-----Quanto à questão do plano funcional, o plano funcional já tinha sido aprovado em dois mil e oito e até o projeto de arquitetura já existia, só que depois não foi concretizado, como sabe.-----

-----Quanto à questão que coloca também, de algumas limitações quanto às regras que estão no contrato, quero dizer-lhe que algumas delas tiveram a ver com: no executivo anterior havia uma cláusula de reversão do negócio, caso não fosse feita, e o senhor presidente da altura confirma, com certeza. Se caso não fosse feito o hospital, o que é que nós fizemos? Retiramos, removemos essa cláusula, que achávamos penalizadora para o município.-----

-----E o que é que fizemos? Dissemos assim: “Ok, se porventura – e isso não depende de nós, vontade temos muita; a capacidade de executar compete ao Estado Central – se porventura não vier a ser realizado, o que eu não espero (e já no executivo anterior, que era do Partido Socialista, eu dizia que era otimista, pelas reuniões que tinha, que se iria realizar), desta vez sinto-me ainda muito mais otimista de que vai ser uma realidade. Mas, se porventura não vier a acontecer, o que nós nos comprometemos foi que: não, esse terreno continua no domínio do município e vamos fazer equipamentos públicos que permitam que possa continuar na posse do município”.-----

-----O que é que os privados, e naturalmente uma negociação pressupõe ouvir a contraparte, disseram: “Caso vocês não façam nada e queiram vender, nós queremos ter o direito de preferência”. É absolutamente legítimo, pacífico e normal. Não é essa a nossa vontade, mas atrás de nós virão outros, e não sabemos o que é que poderão fazer. E o que quererão fazer e ter essa prudência parece-me absolutamente avisado.-----

-----Relativamente ao timing das obras particulares e à cedência ao domínio



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público, são exatamente as mesmas que as nossas. Nós o que fizemos foi que, efetivamente, porque já temos o estudo prévio aprovado, porque no nosso executivo mandamos em simultâneo com as negociações, fazer o projeto da variante, e estou certo que, antes das férias de verão, teremos o projeto de execução concluído. Naturalmente, que o que dissemos foi: “Como nós não dominamos os procedimentos administrativos e os prazos têm-nos mostrado que efetivamente derrapam em termos de contratação e de concurso público (e neste caso tem que ser um concurso internacional), o que nós dissemos, três anos parece-nos avisado para que possamos iniciar a obra”. Se assim for, naturalmente, concretiza-se o negócio.-----

-----E, também, porquê? Isto porque, quando nós aprovarmos o plano pormenor, a partir daí, de imediato começa a entrar em vigor a taxaçoão do IMI por um valor diferente – a classificação dos solos assim o obriga. Portanto é necessário que aconteça essa simultaneidade de frações para que as coisas possam acontecer da mesma forma.-----

-----E, repare, falou na questão de cedência ao domínio público. Naturalmente, projeto a projeto que for ser entregue pela empresa privada, ou alguém com quem eles possam transacionar para realizar obras, naturalmente, que aí os serviços do município irão dizer que tipo de estacionamento é que precisam, que tipo de arruamentos é que precisam, que tipo de espaços verdes é que precisam, como num loteamento qualquer.-----

-----É assim que acontece em tudo, até porque o próprio plano pormenor já provê zonas verdes, e, como sabe, o plano pormenor já foi discutido, é público. Portanto, já foi discutido até anterior a dois mil e vinte e um, a primeira versão, e depois, nas correções a seguir, foram objeto de reunião pública.-----

-----Muito rapidamente, já vi que o tempo está a apertar, dizer ao senhor deputado Nuno Martins que o que disse é absolutamente demagógico, incorreto



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e com imprecisões absolutamente incríveis.-----

-----A aprovação do plano pormenor já foi feita, condicionada, mas já está, com todos, já foi feita, concionada. E disse que não tinha sido, foi. Foi aprovada por todas as entidades, concionada pela CCDR-N a uma questão particular que é a concretização desta situação.-----

-----Relativamente ao despacho do senhor ministro Pizarro, deixem-me dizer que foi feito depois das eleições e a correr, quando teve oportunidade de o fazer no seu mandato. Quando todos os partidos propuseram a inscrição de uma verba para a realização do hospital, quando em campanha eleitoral, em dois mil e vinte e dois e depois em dois mil e vinte e três, o Partido Socialista anunciava noventa e cinco milhões para o hospital de Barcelos, votaram contra a inscrição no Orçamento de Estado. Portanto é a demagogia que estão a dizer. Tiveram oportunidade durante oito anos de fazer a obra, não a fizeram. Não fizeram rigorosamente nada.-----

-----Portanto, não é bonito o fanar-se numa coisa que não tem lógica. E, se quisesse marcar – e eu disse isto ao senhor ministro Pizarro – se quisesse marcar a sua passagem pelo Ministério da Saúde como um sinal positivo para Barcelos, teria aprovado a contratação do projeto de arquitetura antes de sair, e não o fez. Fez só aquilo que é mais simples: aprovou o conteúdo funcional, que inclusive está errado. Vamos ter que alterá-lo agora, porque não estava certo.-----

-----Portanto, é demagogia, não é bonito e, neste contexto, não ficou bem.----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente. Vamos então à votação. Está encerrado o debate.-----

-----Portanto, vamos votar a proposta da Câmara Municipal para a aprovação do acordo de cedências e urbanização para a execução do plano pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1.-----

-----Quem vota contra?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovado por unanimidade. Pedia que me trouxessem a presença dos senhores deputados em sala.-----

-----Portanto, aprovado por unanimidade, cento e sete deputados em sala: quarenta PS, trinta e três PSD, vinte BTF, três CH, dois TB, dois CDS-PP, dois BE, cinco IND.-----

-----Todos votaram favoravelmente esta proposta da Câmara.-----

-----O Bloco de Esquerda, vai apresentar uma declaração de voto por escrito. -

-----O senhor deputado José Rosa, que está a fazer sinal à mesa, também é para o mesmo efeito.-----

-----Muito obrigado.-----

-----Portanto, deixo também uma palavra de simpatia, aqui como presidente da Comissão, pela elevação que os grupos municipais e os seus líderes puseram nos trabalhos da Comissão. E, pronto, independentemente de tudo, esteve aqui sempre em causa, para todos os senhores deputados, o Interesse Público Municipal. Perceber que às vezes há questões que realmente nos devem agregar em torno de um objetivo comum, e aqui a construção do novo hospital é fundamental.-----

-----Muito obrigado a todos.-----

-----Vamos então passar ao ponto onze da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de cedência de calçada em cubo de granito azul e calçada à portuguesa, às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

------(Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não há inscrições.-----

-----Vamos votar. Vamos então votar esta proposta da Câmara de cedência de calçada em cubo de granito azul e calçada à portuguesa, às Freguesias e Uniãos Freguesias do concelho de Barcelos.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está também aprovado por unanimidade, com a mesma presença de quórum da votação anterior.-----

-----Pedia para continuarem em sala, certamente pode não haver inscrições neste ponto!-----

-----Discussão e votação da proposta Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Remelhe e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento 1 do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD42323).----

-----Inscrições para este ponto!-----

------(Ninguém)-----

-----Portanto, não havendo inscrições, vou passar à votação.-----

-----Quem vota contra a proposta doze?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Duas abstenções)-----

-----Portanto, está aprovado por maioria.-----

-----Duas abstenções. E, então, cento e cinco a favor: trinta e três do PSD, vinte do BTF, três do CH, dois do TB, dois CDS-PP e cinco IND.-----

-----Ponto treze: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

edifício industrial tipo três, com área de oitocentos metro quadrados, num prédio sito em Paredes, freguesia de Lijó.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

------(Ninguém)-----

-----Portanto, não havendo inscrições, vou colocar à votação.-----

-----Portanto, quem vota contra?-----

------(Duas BE)-----

-----Abstenções?-----

------(Ninguém)-----

-----Portanto, está aprovado por maioria. Dois votos contra do BE. Quarenta e um votos a favor do PS, trinta e três PSD, vinte BTF, três CH, dois TB, dois CDS-PP, cinco IND.-----

-----Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Quinta Pedagógica ao Serviço da Educação, constituída por Espaço Rural de Produção Agrícola, habitação, estabelecimento de ensino com acesso a várias valências, nomeadamente parque zoológico, hipismo, parque biológico, zona de desporto e lazer, mostra e conservação de alfaías agrícolas e atividades pedagógicas de educação ambiental para alunos das escolas e instituições sociais, num prédio com a área de nove mil cento e vinte metros quadrados, sito na Rua S. Sebastião, união de freguesias de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Senhor deputado Miguel Martins. Mais inscrições?-----

------(Ninguém)-----

-----Posso encerrar! Portanto, senhor deputado Miguel Martins, tem a bondade, tem a palavra.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor e Senhores Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhora e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Comunicação Social aqui presente, Público aqui presente e quem no acompanha via web.-----

-----Relativamente à proposta em apreço de “reconhecimento de Interesse Público Municipal do espaço colégio Didalvi da Quinta Alvarenga”, importa começar por esclarecer uma coisa. O reconhecimento de Interesse Público Municipal, assenta, precisamente, na isenção de IMI. E foi por isso mesmo que nós votamos contra no ponto anterior e iremos, novamente, votar contra. Nós reconhecemos que a quinta tem importância ao nível pedagógico, ao nível da educação, principalmente para as escolas.-----

-----Agora, após informação junto da população desta freguesia, da união de freguesias de Alvito e Couto, nós verificamos que a população de facto não tem aqui um usufruto concreto que justifique este Interesse Público, a nosso ver que justifique este Interesse Público Municipal. E vejamos um...há exemplos que são bastante demonstrativos desta realidade e que explicam esta posição. Por exemplo, os espaços da quinta não são utilizados pela população de forma gratuita. As aulas de hipismo, por exemplo, também são pagas. Há espaços da quinta em concreto que são utilizados para eventos sociais, como casamentos e batismos.-----

-----E, mesmo compreendendo, e ressalvo isso uma vez mais, que há aqui uma componente didática importante do trabalho junto das escolas, ao nível da educação, não vemos que isto justifique, em si, como um todo, esta espécie de borla fiscal que é dada através de uma isenção de IMI a uma quinta que tem um conjunto de outras formas de obter rendimentos, não é, e que a isenção de IMI



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas permitiria garantir que este requerente obtivesse um lucro maior, digamos assim. Porque mesmo compreendendo que há aqui aspetos importantes, no balanço geral no computo geral, para a população da própria freguesia, é penalizador, e por isso mesmo que iremos votar contra.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----A Câmara Municipal deseja intervir neste ponto? Senhor vereador Carlos Eduardo Reis, tenha a bondade.-----

VEREADOR DO PSD – Carlos Eduardo Reis – Muito obrigado, senhor presidente.-

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Deputados e Deputadas, Público e quem nos acompanha no exterior.---

-----Não há muito a dizer sobre isto. Realmente, são duas concessões diferentes em relação tanto à forma como nós devemos prever a educação para os nossos jovens, como da estratégia para o reconhecimento daquilo que tem interesse municipal ou não tem.-----

-----O senhor deputado Miguel Martins faz parte de um partido que apoiou o Partido Socialista nos primeiros anos que o doutor António Costa foi primeiro-ministro e que foi responsável pelo fim dos contratos de associação. O colégio Didalvi, desde essa altura, tem passado dificuldades enormes e perdeu muitos alunos. É uma instituição de referência, onde se faz um trabalho notável.-----

-----Portanto, isto não é uma borla fiscal. Estamos, com isto, a tentar também ajudar a que estes edifícios continuem ao serviço da população. Têm hoje que cobrar algum dinheiro pelas atividades que referiu, é porque houve um governo lá atrás que entendeu – por imposição vossa, pelo que percebi na altura – que entendeu cortar os contratos de associação de uma forma cega.-----

-----Este reconhecimento de interesse municipal vem ajudar, de certa forma, também, não só, mas também, a colmatar essa necessidade que este colégio, até



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela dimensão da sua área e dos serviços que presta, de poder trazer também para a nossa terra jovens de outros concelhos, porque há uma parte significativa de jovens que lá estudam que são de outros concelhos.-----

-----Entendemos, também por questões de serviço público, que ele se pode fazer tanto com dinheiro público como também com dinheiro privado. Continuamos a acreditar que foram cometidas, nessa altura, algumas injustiças relativamente às escolas com contrato de associação. Naturalmente, que muitas escolas com contrato de associação, em determinadas zonas do país, já não faziam sentido e, portanto, o princípio em que se baseava, no início, esse financiamento por parte do Estado já não fazia sentido, e elas deveriam deixar de ter esse apoio.-----

-----No caso do colégio Didalvi, com o investimento que foi feito e com o tipo de serviço que era prestado, eu, pessoalmente, enquanto deputado, acho que foi um erro. Portanto, este reconhecimento de interesse municipal vem também – não vem corrigir, porque já é impossível corrigir – mas vem ajudar a que este colégio se mantenha a prestar um serviço que, de determinada maneira, também é público.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja complementar?-----

-----Tenha a bondade senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos, em si, a todos os presentes e quem nos segue via web.-----

-----Só para dizer que, efetivamente, por causa de não se fazer o contrato da associação, é que os jovens daquela região, daquelas freguesias não podem estar lá. O Tribunal de Contas, quando fez a apreciação, disse que era mais barato cada aluno que ficava nesses colégios privados do que numa escola pública.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pior ainda, eu recordo-me – era vereador da Educação – veio cá o senhor ministro da Educação na altura, Santos Silva, inaugurar, no colégio La Salle, dois equipamentos em que foram financiados diretamente pelo o Estado, pelo Orçamento do Estado. Passados poucos anos, mandaram abaixo, perdendo o investimento que fizeram, porque não quiseram que aquelas populações todas que o colégio albergava, pudessem continuar a ter esse ensino.-----

-----Portanto, é uma questão ideológica que respeito, mas não concordo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Está encerrado, então, o debate. Vamos passar à votação. Portanto, o ponto catorze, conforme eu acabei de ler é do conhecimento de todos esta proposta da Câmara de reconhecimento de Interesse Público Municipal da Quinta Pedagógica.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Dois) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Um) -----

-----Está aprovado por maioria. Tragam-me o resultado para anunciar, por favor.-----

-----O resultado foi o seguinte:-----

-----Voto contra : dois do BE. Uma abstenção do TB e cento e quatro votos a favor (quarenta e um PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, três CH, um TB, dois CDS-PP, cinco IND). -----

-----Vamos passar ao ponto quinze da ordem de trabalhos. Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Barcelos.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

----- (Senhor deputado José Padrão) -----

-----Mais inscrições, por favor!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais ninguém se inscreve. Tem a palavra, então, o senhor deputado José Padrão, do PSD.-----

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Membros Eleitos, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social.-----

-----O Conselho Municipal de Saúde, órgão com competência para contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal, emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde, emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários e propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença.-----

-----Além disso, outras competências do Conselho Municipal de Saúde é promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas, recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde, e analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização.-----

-----O motivo para a criação deste órgão está relacionado com o processo de delegação de competências do governo para a autarquia, no caso, na área de saúde. Agradeço a minha indicação em representação dos colegas presidente de junta e tudo farei para prestigiar o órgão. Também quero realçar a importância de incluírem os presidentes de junta neste processo, dando a importância que temos, como agentes políticos com maior proximidade aos cidadãos.-----

-----Também referir que a composição deste órgão tem oito elementos, que inclui o senhor presidente da Câmara Municipal, o senhor presidente da Assembleia Municipal, representante das juntas de freguesia, representante da ULS Barcelos/Esposende, representante da Segurança Social de Braga,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representante das IPSS's e representante das Associações da área de Saúde.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----A Câmara deseja intervir sobre este ponto? Presumo que não.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Então, vamos passar à votação. Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Portanto, aprovado por unanimidade, cento e sete deputados municipais em sala (quarenta e um PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, três CH, dois TB, dois CDS-PP, dois BE, cinco IND).-----

-----Uma palavra de agradecimento, da minha parte, a todos os presentes grupos municipais que deram anuência para que este ponto entrasse rapidamente ainda na ordem de trabalhos, de forma a que o Conselho Municipal de Saúde fique já com instrumento fundamental para o seu funcionamento.-----

-----Muito bem. Último ponto da ordem de trabalhos: apreciação da informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Inscrições para este ponto, se faz favor!-----

-----Senhor deputado José Rosa, senhor deputado José Maria Cardoso, senhor deputado António Jardim. Não havendo mais inscrições, vou encerrar.-----

-----Muito bem, posso encerrar!-----

-----Então, tem a palavra o senhor deputado José Rosa do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores.-----

-----Muito telegraficamente, duas questões sobre a atividade municipal:-----

-----A primeira será, como podemos ver mais adiante, uma consequência da segunda. E a primeira tem a ver ali, em Barcelinhos, com a Rua Miguel Ângelo, um muro que foi erigido junto ao antigo “chispes” – e o “chispes” toda a gente conhece. Eu sei que este muro foi erigido porque existe ali uma diferença de cotas e tem que levar ali um guarda-corpos ou uma grelha de proteção, porque tem uma diferença de oitenta a noventa centímetros. Isso não está em causa. O que está em causa é que o muro esteve um dia, digamos assim. E, permita-me, senhor presidente, este tom coloquial, que pensamos que era um género de uma formação profissional para os pedreiros: erigir um muro e deitar abaixo, apenas para ver como é que se faz.-----

-----Mas a questão aqui essencial é esta: se isto está no projeto, o guarda-corpos está no projeto! E não houve ninguém que visse que o muro estava completamente descontextualizado? Tem que ser uma proteção muito mais subtil, do género de uma grade em inox ou outra coisa do género. Era esta nota que queria deixar, mais de um alerta à questão do acompanhamento dos projetos.-----

-----O segundo assunto tem a ver com o site da Assembleia Municipal, tem lá um diretório que diz: editais/deliberações, e dentro deste diretório tem uma pasta que diz: requerimentos. Neste momento, há lá dezasseis requerimentos, que são um instrumento que os membros da Assembleia utilizam para questionar a autarquia. Desses dezasseis requerimentos, dez são do Todos Barcelos e destes dez, um teve resposta; outro perdeu pertinência porque o assunto foi resolvido; e outro é precisamente sobre esta questão da Rua Miguel Ângelo.-----

-----Com toda a franqueza, o racional que me levou a apresentar os



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

33

requerimentos é permitir à autarquia, de uma forma ponderada e com tempo, dar respostas mais assertivas, em lugar de trazer para aqui as questões que, muitas vezes, podem não estar preparados para responder.-----

-----No entanto, atendendo a esta taxa de resposta, que eu agora não sei se é um problema de fluxo entre a Assembleia e a Autarquia, leva-me a pensar que se calhar terei de mudar de estratégia, ou então perceber o que é que se passa para não ter obtido respostas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado senhor presidente.---

-----Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos segue via web.-----

-----De uma forma mais ou menos telegráfica, duas ou três questões que queria aqui colocar sobre a informação escrita:-----

-----Na página vinte e um, fala num contrato adicional de um milhão para requalificação, bem, já renovação, em Barcelinhos, que ainda há pouco foi dita por quem me antecedeu. Queria perguntar, até porque está a causar muito transtorno, qual é a previsão para terminar esta intervenção, dado que estamos a falar aqui do contrato adicional que terá o seu tempo.-----

-----Na página vinte e dois, fala nos projetos de execução de candidatura de financiamento para requalificação de escolas. Relembro que todo este processo ainda pode ser muito moroso, e às escolas, concretamente a Gonçalo Nunes, onde o amianto está cada vez mais em decomposição, e que me parece ser de todo importante haver uma ação no mais breve tempo possível.-----

-----Gostaria de obter um ponto de situação, tanto quanto possível, sobre os passadiços e da ecovia. Fala-se na alteração devido às cheias e, portanto,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hipoteticamente à água que pode cobrir, durante períodos de tempo, toda essa ecovia. Qual é o ponto de situação? E, depois, naturalmente, perguntar para quando a inauguração das ciclovias. Creio, ou pelo menos aparentemente, estão prontas, mas aqueles blocos de cimento estão sem qualquer efeito. Poder-se-ia dar alguma utilidade e parece-me que é de todo importante fazer-se esta intervenção no mais rápido tempo possível.-----

-----Edifício Panorâmico em Arcozelo: há um desesperar de muitos dos residentes que nos têm dado reporte dessa situação, pela solução do problema. Vivem em constante sobressalto. Segundo informações que nos foram dadas, inclusive fotografadas, há apartamentos do rés do chão que estão a dar sinais que estão a ceder. Gostava de saber se têm conhecimento desta situação, se o senhor presidente tem conhecimento desta situação, e qual é esse ponto de situação. A fazer-se inclusive naquilo que é a realidade dos nossos dias. Até porque já questionamos e ficou de nos dar uma resposta, mas, entretanto, não foi enviada essa mesma resposta. Eu também me esqueci de voltar a referir e, por isso, gostaria tanto quanto possível que assim fosse.-----

-----Fatura da água: há valores excecionalmente exorbitantes, é verdade, e por vezes, pode-se entender como enganos. Mas o problema é que normalmente esses valores são muito elevados e, façamos as contas que quisermos, na realidade, tem aumentado de uma forma significativa. Há um aumento, não só da água, nomeadamente para quem consome aquele escalão intermédio. Não são os escalões mais baixos – e acho muito bem que assim seja, que sejam atendidos dessa forma – mas o escalão intermédio qualquer um de nós, sente e percebe essa realidade.-----

-----Portanto, há que, se calhar, ter aqui algum cuidado, alguma adaptação, até porque, na verdade se formos ver o ranking nacional da equidade tarifária, Barcelos situa-se no lugar duzentos e sessenta e dois em trezentos e oito



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios. Não é nada favorável. Este índice de equidade faz com que tenhamos um valor negativo de duzentos e quarenta ponto cinquenta e quatro. No ranking distrital, estamos em décimo segundo, só temos Cabeceiras e Fafe atrás de nós.-

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Tem a palavra o senhor presidente da Câmara para responder.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito bem. Renovo os cumprimentos ao senhor presidente da Assembleia e em si cumprimento todos os presentes.-----

-----Vou tentar ser telegráfico nas respostas.-----

-----Relativamente ao Todos Barcelos, o senhor deputado José Rosa, dizer-lhe que, efetivamente, havia no projeto uma colocação de umas pedras que não foi necessário demolir, porque, alertados para a situação rapidamente resolvemos a questão, sentando à mesa o projetista, os técnicos responsáveis e percebendo que as dúvidas de todos os munícipes daquela zona tinham razão de ser. O que é que fizemos? Corrigimos, passando aquele muro, com aquela altura, era importante para segurar a salvaguarda do desnível, mas consegue-se fazer isso de uma forma arquitetonicamente diferente. A questão é uma questão de arquitetura, só. O projetista, o arquiteto, entendeu, que aquelas colunas de granito seriam mais adequadas. E a maior parte das pessoas, como eu, que também penso da mesma forma que o senhor, entendemos que, se calhar, com uma vedação, se resolvia o problema e ficava mais *clean*, mais livre. E, assim, vai ser.-----

-----Como temos a humildade democrática de perceber que nem sempre acertamos, quando temos consciência que erramos, corrigimos. E foi o que fizemos. E, neste momento, se passar lá, está a situação corrigida, porque, efetivamente, não era a situação ideal.-----

-----Relativamente ao editais e requerimentos eu vou tomar boa nota desta



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão, perguntar aos serviços o que passa. Sinceramente, não tinha conhecimento que tinha oito perguntas sem resposta. Tenho todo o gosto em responder. Irei tentar perceber o que se passa e, naturalmente dar as repostas atempadas.-----

-----Quanto às questões levantadas pelo senhor deputado José Maria Cardoso, quero lhe dizer que, relativamente à questão das escolas, nós somos muito sensíveis. Como sabe, a escola Gonçalo Nunes não estava previsto fazer uma intervenção de fundo, fizemos um projeto que foi de alguma maneira também já candidatado para o PRR, que não foi contemplado. Esperemos agora que, com a nova negociação através do BEI, possa ser financiada a cem por cento. Tivemos, a semana passada, a visita dos senhores do BEI e da CCDR, que confirmaram no terreno a necessidade urgente de fazer intervenção naquela escola. Vai ser uma realidade a muito breve espaço, espero eu, e, naturalmente, que iremos ter essa obra a ser executada.-----

-----Quanto à questão dos passadiços e da ecovia, não há correção nenhuma a fazer. Os passadiços vão estar a uma altura suficientemente segura, está assim previsto. Na ecovia, está previsto que, em algumas alturas do ano e em algumas zonas, a água passe por cima. É assim que acontece em todas as ecovias do país, e vai acontecer aqui nas nossas. Naturalmente, que os materiais já estão adequados para efetivamente receberem essas águas. Não há problema rigorosamente nenhum.-----

-----Quanto à questão das ciclovias, eu percebo que é um tema que, durante vários tempo, foi motivo de arremesso político contra a câmara, e foram percebendo que nós íamos tendo soluções que iriam mitigando e resolvendo as questões que foram levantadas. E assim faremos. No seu tempo, irão ser inauguradas, quando tivermos em funcionamento o plano que está a ser traçado de dinamização das próprias ciclovias. Porque, como é de todos conhecido e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabido, faz sentido nós termos as ciclovias a funcionar com um plano que envolva, sobretudo, os estudantes e que, de alguma maneira, também permita, tendo bicicletas disponíveis, para que os cidadãos as possam usar.-----

-----Quanto à questão dos abrigos que estavam previstos, estou convencido que, até setembro, ter novidades sobre o que vai lá sucede, e vão ficar agradados com a solução que nós iremos apresentar.-----

-----Quanto à questão da fatura da água e da recolha do lixo, inda bem que fala nisso. Hoje vim mais preparado do que na reunião de sexta-feira e trago aqui o índice de equidade que refere. Eu contraponho que existe atualmente em termos de comparação de tarifários relativo aos distritos do Porto, Braga e à região de Aveiro. E o que lhe posso afiançar é que no que diz respeito à água, a posição atual, em quarenta e cinco municípios, sendo que o primeiro é o mais caro e o quadragésimo quinto é o mais barato, Barcelos ocupa a posição de trinta e quatro. Portanto, uma posição que apesar das dificuldade que tivemos para negociar o acordo, conseguimos estar neste posicionamento.-----

-----No que diz respeito ao saneamento, já não são tão positivas, mesmo assim, estamos acima da média, estamos na posição vigésima quinta. O que, conjugando água e saneamento, temos um valor que nos permite estar no vigésimo nono lugar. Mas atendendo a que, relativamente a Guimarães, Famalicão, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende, Esposende, temos menos, e todas as outras estamos ao mesmo nível: vinte e cinco setenta e nove nós, vinte e cinco dezasseis Guimarães, vinte e cinco sessenta e dois Viana, vinte e três quarenta Póvoa de Varzim, vinte e cinco trinta e um Famalicão.-----

-----Eu vou pedir ao senhor presidente, vou-lhe entregar um dossiê para depois entregar a cada partido político, para terem noção do que é que estamos aqui a falar e falarem com propriedade.-----

-----Até porque, com eu disse na reunião passada, nós temos que ter em conta



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o número e a distribuição dos consumos por cada escalão. Dos zero aos dez metros cúbicos, nós temos setenta e dois por cento dos consumidores. Se for dos zero aos doze, temos oitenta por cento dos consumidores. O que quer dizer que, e a nossa estratégia foi claramente essa, foi dar alguma folga à maioria dos barcelenses e depois penalizar mais os grandes consumos. O que faz sentido.----

-----Porque, repare, se nós fizéssemos – e aqui o exemplo que foi trazido foi o exemplo de Esposende – nós temos vinte e cinco euros por fatura de dez metros cúbicos; Esposende tem vinte e oito euros. Se nós tivermos em conta que temos perto de quarenta mil consumidores, se tivermos quarenta mil consumidores, oitenta por cento, é só fazer as contas: oito vezes quatro, trinta e dois. Temos trinta e duas mil famílias que poupam três euros relativamente a Esposende.-----

-----Se nós fizéssemos como eles, um custo de mais três euros para cada um, isso representava, ao final do ano, é só fazer as contas: três euros vezes trinta mil, estamos a falar em noventa mil euros por mês, novecentos mil euros por ano. Isto é que agravava claramente os bolsos dos barcelenses.-----

-----Com uma contrapartida ainda: nós temos o tarifário social que nunca foi implementado e agora é. As famílias mais necessitadas usufruem desse pagamento, dessa redução e as famílias numerosas. Quem consome – imagine uma família numerosa com vinte metros cúbico de água – é taxada pelo escalão anterior. O que quer dizer que nós estamos a ter em atenção e sensibilidade social para atender a duas realidades, que são realidades importantes: quem tem mais dificuldades económicas e quem tem mais, naturalmente moradores na mesma habitação.-----

-----Isto é absolutamente importante, e eu vou dar ao senhor presidente para ser distribuído, porque acho que faz sentido que tenham essa noção. E, ao contrário, não esta aqui – eu tenho muita pena – o senhor deputado Mário Figueiredo. Eu nunca disse que o que ele disse não era verdade. É verdade, três



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por cento da população, que são aqueles que consomem mais vinte cinco metros cúbicos, efetivamente pagam mais em Barcelos do que em Esposende. Mais, e exatamente o que ele disse: trinta e três euros. É um facto, mas são três por cento da população.-----

-----Quem consome vinte e cinco metros cúbicos tem que ter muito consumo de água, porque, o normal, como eu lhes disse, oitenta por cento consome até doze metros cúbicos. E não deixa de ser curioso que os partidos de esquerda são contra a redução do IMT e do imposto de selo, porque isso só beneficia aos ricos, e, depois, quando toca à isenção relativamente à água, já dizem: “Penalizar os ricos é muito mau”. Porque, vinte e cinco metros cúbicos é quem tem piscina, quem utiliza água para regas. Não é demagogia, é verdade.-----

-----Relativamente aos lixos, também vou pedir para ser distribuído aquilo que já mandei para todos os munícipes. É verdade que, os senhores deputados, não sei qual deles o referiu que a carta que eu enviei era mais justificativa. É evidente. Eu tenho que justificar aos barcelenses. Compete-me, enquanto autarca, explicar e justificar aos nossos munícipes as atitudes e as opções que nós tomamos, e explico, de uma forma clara, transparente, factual e objetiva.-----

-----Assim fiz, tenho aqui também, que vou pedir ao senhor presidente para entregar a todos os partidos políticos, para que não restem dúvidas. Nesse ofício, enviei também um *benchmark*, que é um índice comparativo dos municípios vizinhos. E deixo-vos saber que, para o mesmo consumo, ou seja, para a mesma produção de lixos – estamos a falar novamente de dez metros cúbicos – nós temos em Viana do Castelo dez euros e cinquenta e dois, em Esposende seis euros e vinte e dois, em Guimarães nove euros e trinta, em Famalicão nove euros e dois, em Póvoa do Varzim nove euros e seis, em Barcelos cinco euros e setenta e dois e Braga tem, o mais baixo, quatro trinta e quatro.-----

-----Ou seja, Barcelos, sobre todos os vizinhos, tem a tarifa mais baixa. Isto



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer dizer que nós tivemos o cuidado de tornar mais competitivo o nosso concelho. O que é que aconteceu? Aconteceu que, durante quinze anos, não houve a indexação das subidas da inflação. E só isso representa um valor total. Subiu tudo – desde o jornal ao pão, ao gasóleo, à eletricidade, ao gás – menos a água, o saneamento e a recolha de resíduos em Barcelos. E isto, depois, durante quinze anos, tem reflexos.-----

-----Os barcelenses têm de saber isto, e nós temos que dizer olhos nos olhos. Até porque há uma diretiva do orçamento do Estado, aprovada pelo Partido Socialista, que diz claramente que nós temos que refletir para o consumidor o custo do serviço. Se o curso do serviço é um, nós temos que refletir.-----

-----O que é que nós fizemos? Nós violamos esse princípio – e digo isto completamente – porque entendemos que era sobrecarregar em excesso os barcelenses. E, por isso, reduzimos em cinquenta por cento o valor que devia ser cobrado aos barcelenses e reduzimos esse valor, exatamente porque entendemos. Mais uma vez, tivemos sensibilidade social e entendemos que era exagerado este valor ser cobrado aos barcelenses.-----

-----Por isso, não venham com demagogias, vamos ser sérios na discussão de questões sérias. Eu vou entregar ao senhor presidente e, depois pedia que os serviços entregassem para que as senhoras e senhores deputados, com calma, analisassem e, depois, refletissem e, nesse sentido, depois, também, tivessem tomado ou tomarem as melhores decisões relativamente às suas afirmações.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, portanto, os documentos serão chegados. Estão a pedir a palavra para que efeito?-----

----- (Falta o panorâmico) -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Relativamente ao edifício Panorâmico, quando nós chegamos, havia um acordo firmado pelo executivo anterior com o condomínio



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e os proprietários, e nós tentamos respeitar esse acordo. Levamos a uma reunião de Câmara, e os vereadores do Partido Socialista entenderam que esse acordo era ilegal e que iriam votar contra, inclusive iriam questionar a legalidade desse acordo, porque era uma forma de financiar os privados.-----

-----Naturalmente, que nós retiramos da minuta e pedimos, e nós fizemo-lo no estrito respeito institucional. Se havia um acordo firmado, somos pessoas de bem, vamos respeitar o acordo. Quando nos é dito que não há disponibilidade para continuar a acreditar naquele acordo que foi feito pelo executivo anterior, recorremos aos serviços externos do município, em termos jurídicos, para nos dar pareceres. E está nesta fase a tentar salvar esse acordo, sendo difícil, porque tem contornos, e nesse aspeto os senhores vereadores do Partido Socialista tinham razão. Tem contornos que têm alguma irregularidade que tem que ser sanadas para poder ser executado.-----

-----Estamos preocupados, temos a noção que é uma realidade importante. Não corre o risco que o senhor deputado aqui enunciou, porque, em boa hora, em dois mil e catorze ou dois mil e quinze, o executivo anterior fez uma obra no próprio edifício que, de alguma maneira, resolveu a questão principal, que era a causa das inseguranças que existiam, e foi nessa medida que os moradores voltaram ao edifício.-----

-----Portanto, é este o ponto da situação. Naturalmente, mal tenhamos uma decisão tomada sobre esta questão, iremos dar nota à Assembleia Municipal, naturalmente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente. Para apresentar a sua questão, tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhoras e Senhores Vereadores, Público, Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham via web.-----

-----São cobradas taxas de saneamento em moradias onde não dispõem de saneamento, mas na fatura emitida está a ser cobrada a taxa de saneamento. Importante será dizer que, em concreto, na recolha, é efetuada pelas Águas de Barcelos pelo método convencional, com recurso às conhecidas cisternas. Numa situação igual que ocorreu num outro concelho, foi efetuada uma exposição ao Tribunal Constitucional, tendo sido considerada inconstitucional a cobrança desta taxa.-----

-----Senhor presidente, tem conhecimentos destes casos que acontecem no nosso concelho? Neste caso, os barcelenses estão a pagar duas vezes pelo mesmo serviço, ou seja, pagam saneamento e não dispendo que têm de pagar a recolha e transporte através do método convencional.-----

-----Ainda relativamente à questão das faturas de água e saneamento, vou dar dois casos práticos:-----

-----Um – Uma habitação com um habitante, pagava em dezembro de dois mil e vinte e três, quinze euros e doze cêntimos de água e dois euros e oitenta e dois de saneamento. Em janeiro, essa mesma pessoa pagava quinze euros e setenta e um e já pagava dez euros e três cêntimos de saneamento. Em março, um valor muito próximo, quinze euros e trinta e nove de água, dezasseis euros e sete de saneamento.-----

-----Dois – Outro exemplo com duas pessoas: em dezembro de dois mil e vinte e três, pagavam dezasseis euros e cinquenta e quatro de água, quatro euros e vinte e quatro de saneamento. Em janeiro de dois mil e vinte e quatro, passaram a pagar dezassete euros e setenta e três de água e dezassete euros e setenta e cinco de saneamento. Em março, pagaram dezoito euros e cinquenta e sete de água, dezanove e vinte e seis de saneamento.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ou seja, o aumento da água foi gradual, mas foi considerado normal. Já o saneamento teve um aumento, em certos casos, superiores a quatrocentos por cento. Então, fica qui a questão: é o consumidor barcelense que vai pagar a construção e requalificação das ETARs com estes sucessivos aumentos do saneamento?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----A última intervenção. Senhor presidente da Câmara, tem tempo para responder, se desejar.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Cumprimento novamente o senhor presidente e, em seu nome, cumprimento todos os presentes.-----

-----Relativamente à primeira questão do senhor deputado António Jardim, não tenho conhecimento, tomei nota, vou tentar perceber o que é que se passa. A dupla faturação não faz sentido rigorosamente nenhum. Se estiver a acontecer, naturalmente, seremos os primeiros a denunciar essa situação, até porque, como sabe, foi criada uma Comissão de Acompanhamento da Concretização e da Operacionalização do Acordo das Águas, assim denominado. E, portanto, iremos fazer essa chamada de atenção.-----

-----Quanto às faturas que disse, naturalmente, eu sempre disse aqui, e disse-o de uma forma clara e transparente, que, quando foi da aprovação, que na água, inclusive em muitas faturas, havia uma descida do custo da água, ia haver um aumento significativo no saneamento. Não havia, até acordado um pagamento significativo de saneamento e, portanto, houve um aumento efetivo da taxa de disponibilidade, por um lado, e depois associado ao consumo da água. Quanto mais água se consome, mais sobe a taxa de saneamento, o que é norma.-----

-----Mas, mesmo assim, no reflexo geral, volto a dizer que, em quarenta e cinco municípios, estamos na vigésima nona posição. Mesmo tendo em conta o que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos outros municípios não aconteceu – um problema de quinze anos de inação no que a água diz respeito. E, portanto, como eu vos disse, só o facto de não haver um acompanhamento da inflação nos custos da água e saneamento, tem uma repercussão enorme.-----

-----Depois, para além disso, não é uma questão de pagarem a rede de saneamento que vai ter que ser feita, não é essa a questão, a questão é pagar o serviço. Naturalmente, que o saneamento tem um custo mais pesado do que a distribuição da água. Portanto, julgo que ficou claro. Nunca disse que as pessoas, com este acordo, iam pagar menos água e saneamento disse que ia haver um aumento na questão do saneamento, e que era uma preocupação nossa, que essa questão tivesse a ver com algum equilíbrio com a tarifa que se pratica nos municípios vizinhos. E isso foi conseguido, sobretudo, para os consumidores domésticos e para a grande maioria dos consumidores domésticos.-----

-----Como eu vos disse, como eu vos mostrei, até aos dez metros cúbicos, que estamos a falar em setenta e dois por cento dos consumidores, o nosso custo é inferior a todos os outros municípios, ou pelo menos alinhado com os municípios vizinhos. Estamos em quarenta e cinco municípios dos distritos de Braga, Porto e Aveiro, na vigésima nona posição. Sendo que o primeiro era – eu não queria trazer isto aqui, outra vez, à colação, mas é importante – se tivesse sido feito o acordo de dois mil e dezoito do Partido Socialista, a nossa posição não era da vigésima nona, era a primeira – eramos o concelho com o custo maior da água e saneamento. Com o nosso acordo, estamos na vigésima nona posição em quarenta e cinco, isto é significativo.-----

-----Podia ser melhor? Podia, se eu tivesse feito o acordo em dois mil e dez. Assim, foi o que nós conseguimos fazer, e no cômputo geral, é francamente positivo.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Pedia a atenção de todos os deputados, para dar execução imediata às deliberações tomadas, proponho a aprovação da ata em minuta.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade.-----

-----Senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, muito obrigado pela vossa atenção e disponibilidade. Tenham boa semana.-----

-----Está encerrada a sessão.-----

-----A sessão terminou às vinte e duas horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Daniela Santos Marques, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

A TÉCNICA SUPERIOR

(Daniela Santos Marques, Dra.)



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB relativas aos pontos:--

-----Dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do acordo de cedências e urbanização para execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1;-----

-----Quinze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município;-----

ÍNDICE

Ata n.º 31 de 24 de junho de 2024

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Período da ordem do dia
23	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do acordo de cedências e urbanização para execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1
24	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de cedência de calçada em cubo de granito azul e calçada à portuguesa às Freguesias e União de Freguesias do concelho de Barcelos
25	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Remelhe e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento 1 do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD42323)
26	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício industrial tipo 3, com a área de 800 m², num prédio sito em Paredes, freguesia de Lijó
30	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Quinta Pedagógica ao Serviço da Educação, constituída por Espaço Rural de Produção Agrícola, habitação, estabelecimento de ensino com acesso a várias valências, nomeadamente parque zoológico, hipismo, parque biológico, zona de desporto e lazer, mostra e conservação de alfaías agrícolas e atividades pedagógicas de educação ambiental para alunos das escolas e instituições sociais, num prédio com a área de 9.120 m², sito na Rua S. Sebastião, união de freguesias de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto
32	Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Barcelos
32	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município
46	Aprovação da ata em minuta

